

## Assembleia Legislativa do Estado do Acre

## **LEI N. 652. DE 24 DE OUTUBRO DE 1978**

"Autoriza o Poder Executivo a instituir a-Fundação Acreana de Artes, Ciência e-Cultura."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE, em conformidado com o § 3º do art. 25 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Acreana de Arte, Ciência e Cultura, entidade de direito privado integrante da Administração Indireta do Estado, à qual compete por delegação do Poder público estadual:

I - executar a política de amparo e femento às atividades de natureza artística, científica e cultural, em âmbito estadual:

II - zelar pela preservação do patrimônio histórico e artístico estadual, adotando as medidas cabíveis para o seu tembamento e a proteção dos sítios, jazidas e peças devalor histórico, arqueológico e paleontológico;

III - adotar e propor medidas tendentes à proteção ecológicas e à preservação do meio-ambiente, articulando se com as instituições federais de idênticas finalidades, notadamente a Secretaria Especial de Meio-ambiente do Ministério do Interior;

IV - fomentar as atividades de amparo à pesquisa científica e tecnológica de interesse de Estade, em íntima articulação com os organismos federais e regionais que dirigem a política de desenvolvimento científico e tecnológico, em especial o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA;

V - promover estudos tendentes a prescrever os valores culturais do Estado e fomentar o uso, a utilização e o emprego de produtos, técnicas e recursos locais para a elevação dos padrões de vida da população;

VI - promover e patrocinar a edição de obras de interesse artístico, científico e cultural:

**VII -** realizar e participar de reuniões, simpósios e seminários destinados a fomentar atividades artísticas, científicas e culturais e de interesse do Estado;

**VIII -** patrocinar espetáculos de cultura artística, festivais, exibições e projeções de filmes de elevado teor artístico:

IX - supervisionar e manter instituições de radiodifusão e televisão de natureza educativa e cultural, e elaborar programas de divulgação cultural e vulgarização científica:e

X - adotar todas as demais medidas compatíveis com as suas finalidades e com a sua condição de entidade delegada do poder público estadual, para a efetivação da política de desenvolvimento artístico, científico e cultural.

Parágrafo único. Passam a integrar a Fundação a que alude este artigo, as seguintes unidades:

- I Biblioteca Pública Central e Centro Cultural do Estado;
- **II** Museu da Borracha de Rio Branco;
- III Galpão Feira Permanente de Artesanato; e
- V Rádio Difusora Acreana.

Art. 2º Para a constituição do patrimênio inicial exigido pelo art. 24 do Cédigo Civil Brasileiro, o Poder Executivo discriminará os bens imévois do Estado cuja transferência para a Fundação fica desde logo autorizada, nos termos do que exigo o art. 5º,§ 1º da Constituição.

§ 1º A incorporação dos bens imóveis a que alude este artigo se fará pelo valor que vier a ser estabelecido por comissão para este fim, especialmente designada por ato do Governador.

§ 2º O Governo do Estado será representado aos atos constitutivos da Fundação pelo Procurador Geral do Estado.

Art. 3º Os Estatutos da Fundação, que será aprovado por ato do Governador, constarão, além das disposições obrigatórias, prevista na Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, as seguintes:

I - a vinculação, para fins de jurisdicionamento administrativo, à Secretaria da Educação e Cultura;

II - a inclusão dos seguintes órgãos, que constituirão a sua estrutura administrativa:

a) um Conselho, com a composição e as atribuições do atual Conselho Estadual de Cultura, que fica extinto;

Página 2 de 3

b) uma Diretoria Executiva, cujo titular será designado por ato do Governador, comas atribuições e salários fixados nos Estatutos; e

c) um Conselho Fiscal, composto de três membros, de livre escelha de Governador.

III - a proibição de remunerar os dirigentes e integrantes dos órgãos administrativos discriminados no item anterior, ressalvado o disposto na respectiva alínea "b"; e

W - a obrigatoriodade de fazer reverter o patrimônio da entidade ao Governo do Estado, na hipótese de dissolução.

Art. 4º Fica reservado ao Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura, a atribuição de desenvolver atividades de extensão cultural junto às instituições de ensino da rede oficial.

Art. 5º Passam a constituir receita da Fundação, além de subvenções, auxílios e doações que lhe forem especificamente destinados, os dividendos, pagos em dinheiro, provenientes dos lucros distribuídos das ações do Banco do Estado do Acre-S.A. de propriedade do Governo do Estado.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de outubro de 1978, 90º da República, 76º do Tratado de Petrópolis e 17º do Estado do Acro.

**GERALDO GURGEL DE MESQUITA** 

Governador do Estado do Acre